

41º. Encontro Anual da ANPOCS

Colóquio 09 – Trabalhadores agrícolas nos meandros participativos dos grandes empreendimentos agroindustriais e extrativistas

Saga intergeracional de reprodução familiar em Projetos de Colonização (Ariquemes - Rondônia)

Manuela Souza Siqueira Cordeiro – Instituto de Antropologia – Universidade Federal de Roraima

## INTRODUÇÃO

O processo de ocupação de projetos de colonização, no município de Ariquemes, em Rondônia é o ponto de partida para observar as noções de “família” e uma categoria nativa relacionada ao movimento da família: “esparramar”. Estas falam não só desta história de colonização brasileira, como também de um modo de existência próprio dos chamados “pioneiros” e de suas famílias – modo que, como veremos, está profundamente articulado à experiência do movimento e organiza a saga intergeracional de reprodução familiar.

A política de colonização não foi a primeira forma de ocupação das terras no território onde se localiza o estado de Rondônia. A região de Ariquemes, na qual os dois projetos de assentamentos foram implantados, eram áreas do distrito de Porto Velho, atual denominação da capital do estado, desde a criação do Território Federal do Guaporé. Essa região, por sua vez, era o ponto de apoio para a atividade garimpeira da região, principalmente a extração de cassiterita. Portanto, ficam em contradição as análises que consideram a terra “virgem” ou um “vazio demográfico”, uma vez que seringueiros, seringalistas, garimpeiros, populações indígenas e outros sujeitos sociais ocupavam a área de Ariquemes antes mesmo da colonização que teve início na década de 1970.

A partir da década de 1970 teve início a ocupação da Amazônia, tal como idealizada pelos militares, com o objetivo oficial de promover a segurança nacional e o objetivo não declarado de desarticular os movimentos de luta por terra no nordeste do país. A noção de colonização organiza o processo de ocupação desenhado principalmente pelo governo federal. Hébette e Marin (v. I, 2004, p. 83) afirmam: “Encontrou-se, novamente, na colonização, uma fórmula de salvação do latifúndio, sob as aparências de redistribuição de terras aos trabalhadores”. De acordo com os relatos das famílias, houve o “direcionamento” por parte do governo federal para a área de Rondônia, na medida em que propagandas sobre as terras do estado ecoaram particularmente na região Centro-Sul do país.

Os Projetos de Assentamento Dirigidos (PADs) faziam parte da iniciativa do PIN – Programa de Integração Nacional e tinham como meta promover o assentamento de trabalhadores sem-terra nos projetos de colonização implantados ao longo da década de 1970 (Lopes, 1983). Criados na região de Ariquemes, no estado de Rondônia, o principal

incentivo ao plantio no PAD Burareiro era a lavoura de cacau, enquanto no PAD Marechal Dutra plantava-se principalmente café. As terras tinham tamanhos diferenciados – 250 hectares no caso do PAD Burareiro e 100 hectares no Marechal Dutra, além de um processo seletivo das famílias também distinto.

Com a criação dos projetos de colonização, houve o incentivo para deslocamento de muitas famílias trabalhadoras rurais do centro-sul do país, em busca, principalmente de terra para a família e oportunidade de trabalho agrícola. A partir dessa pesquisa, proponho quatro principais movimentos relacionados ao percurso das famílias que ocuparam terras nos projetos de colonização em Ariquemes, de maneira a contribuir na problematização da noção de migração como uma “contabilidade estática” (Cf. Palmeira e Garcia, 1977). Estes movimentos correspondem, em primeiro lugar, ao reconhecimento do espaço, que era geralmente feito em conjunto e por um grupo de homens unidos por laços familiares, de vizinhança ou amizade. Em segundo lugar, colocar a “casa a rodar” era realizado por um determinado grupo familiar, o que também poderia ser uma referência para o deslocamento de outros familiares e amigos. Posteriormente, a “abertura das terras” podia se dar em conjunto, para depois os irmãos se separarem, no caso de uma família numerosa, ou por meio do contrato de trabalhadores para “abrir as terras” em grupo. Por fim, é necessário ter condições para “encaminhar” ou “formar” os filhos, seja a de “formar um lote” para o filho que se casa, seja dotando-o de outras condições para a consecução de seus projetos de vida.

Os relatos trazidos em seguida têm como objetivo demonstrar a maneira pela qual o futuro dos filhos é projetado e organizado por seus pais, projetos de vida que muitas vezes são reelaborados pelos filhos de “pioneiros”. Os relatos demonstram como os interlocutores lidam com a concepção de família e a permanência na terra, descrevendo os momentos iniciais de ocupação e outros movimentos ao longo de suas vidas.

### **MOVIMENTOS DA “CASA A RODAR”**

A expressão “a casa a rodar” foi utilizada por um de meus interlocutores para fazer referência à “mistura de gente” que se deslocava nos “paus de arara”, isto é, os familiares, as ferramentas e até mesmo pequenas criações para chegarem às terras que seriam “abertas” na Amazônia, destinadas à produção agropecuária, principalmente café

e cacau. Por sua vez “mistura de gente” refere-se ao momento do deslocamento, quando não havia uma diferenciação de gênero nem de geração na acomodação das pessoas no espaço do “pau de arara”, tal qual uma casa provisória.

O pioneirismo é uma ideia importante nas elaborações das famílias de colonos sobre sua “luta” por “terra”, articulando-a a uma concepção particular de família. Portanto, as noções de “família” e “terra” entram como elementos-chave para a análise, apontando para uma dinâmica familiar específica, na qual o movimento, “a busca pelo novo”, é constitutiva e não uma simples resposta ao programa de colonização. A imagem da “casa a rodar” remete-nos a um certo modo de vida. O movimento é entendido aqui como uma forma de fazer conexão, e não como uma causa de ruptura.

Utilizo os termos deslocamento e mobilidade para analisar a noção de família e seus movimentos em Rondônia. Ao não fazer referência ao termo migração, o meu intuito é problematizá-lo, pensando os significados e motivações dos deslocamentos. Mais do que simplesmente descartar a noção de migrante, o intuito foi demarcá-lo como um processo social ou um “fato social total”, para utilizar os termos maussianos citados por Sayad (1998, p. 16). Corrobo com Marin e Hébette (v. I, 2004, p. 154) quando criticam a abordagem analítica em relação aos trabalhadores “migrantes” em um contexto de ocupação de espaço e da transformação na Amazônia: “caracterizada por um distanciamento dos modelos demográficos clássicos, e pela preocupação em integrar o fenômeno migratório nos esquemas econômicos globais, cada um refletindo suas concepções particulares sobre o crescimento e sobre o papel nele assumido pelos trabalhadores. Essa evolução caracteriza-se também, talvez, pelo fato de levantar mais problemas do que oferecer quadros interpretativos plenamente satisfatórios”.

Ao analisar de forma etnográfica e comparativa os diferentes significados e implicações dos deslocamentos familiares, verifica-se que a noção de migração como contabilidade única de indivíduos que saem de um determinado lugar e se mudam para outro não correspondem às trajetórias sociais das famílias que ocuparam Rondônia. Dessa maneira, noções nativas, tais como “esparramar” dizem respeito a um movimento que não se apresenta como totalmente disruptivo, bem como aludem a ligação da noção de mobilidade e uma concepção específica da família. Pelo contrário, o movimento é realizado para criar novas unidades familiares que tem como referência o núcleo inicial.

Assim, retomo as ideias de Mauss (2003), compreendendo o deslocamento como um “fato social total”, levando em conta as motivações e sentidos do deslocamento, sem fixá-lo em uma visão essencialmente utilitarista do processo, tal como comumente atribuído pela explicação utilizada de “busca por uma vida melhor” que motiva os processos migratórios. No bojo desse processo de movimento, as gerações organizam de maneira distinta o trabalho. Se para a geração que conquistou a terra em Rondônia, havia um grande valor em trabalhar “naquilo que é seu”, para a geração posterior ter garantido o espaço de residência para trabalhar na cidade é valorizado.

Corroboro ainda com a análise de Comerford (2014), quando o autor caracteriza o movimento como uma “socialidade ou modo de sociação”, utilizando a abordagem etnográfica para lançar luz sobre as possibilidades diferenciadas de análise, evitando definir “grades de classificação espacial e categorização de movimentos”. As movimentações, na análise aqui empreendida, estão em relação contínua com a noção de família, já que esses movimentos e suas construções narrativas atuam nos processos de familiarização/desfamiliarização (Comerford, 2003). Especificamente a família que se movimenta atualiza constantemente o mapeamento de quem é “da família” e “conta” para a reprodução da mesma. Se, em certa medida, o movimento faz parte de um planejamento familiar, ao mesmo tempo que o próprio movimento produz grandes transformações na ordem do parentesco.

A liberdade, isto é, a possibilidade de movimentação frente às amarras do trabalho assalariado em uma terra que não é própria da família é uma qualidade associada à movimentação dos trabalhadores para os projetos de colonização em Ariquemes. A geração dos “pioneiros”, aqueles que tiveram a oportunidade de ocupar as terras e construir uma relação de pertencimento com a mesma, “colocaram a casa a rodar”, oferecendo possibilidades alternativas para os filhos e netos – seja viver e produzir da “terra de família” ou a partir desta desenvolver outras atividades produtivas, tendo o lastro para tanto. Tal como demonstra Desconsi (2009) em relação aos pequenos proprietários de Mato Grosso do Sul, estava em jogo também para as famílias que se deslocaram para a Amazônia uma avaliação cotidiana das possibilidades de acesso à terra em assentamentos rurais. No entanto, diferente da argumentação do autor, para as famílias dos projetos de assentamento dirigidos em Rondônia não se tratava apenas de

um horizonte de possibilidade para acesso ao trabalho agrícola, a terra representava a possibilidade de poder deixar um bem de herança às gerações futuras. Isto porque no sul do país as terras estavam já sofrendo um processo intenso de subdivisão, impedindo que os filhos dos moradores da zona rural pudessem permanecer na terra.

Desta feita, ainda que associado à liberdade o movimento não é linear, uma vez que a intensidade da permanência no espaço de construção faz parte da noção de pioneirismo. Dessa maneira, tal como propõe Carneiro e Dainese (2015), mais do que problematizar a noção de movimento, faz-se necessário atentar para os seus diversos ritmos, tendências, rumos, velocidades. Portanto, chamo atenção principalmente para a intensidade e extensão do movimento. Em primeiro lugar, é necessário ter realizado movimento para alcançar a condição de pioneiro, visto que é condição a “busca pelo novo”, ao mesmo tempo em que é necessário ter permanecido em Rondônia para atualmente contar a “história do início”. “Pioneiro” é aquele que participa da “construção do novo”, colocando a casa a “rodar”, imprimindo a marca pessoal em um projeto de Estado. O pioneirismo como pertencimento ajuda a tornar esta ideia mais intrincada, o que pode ser acionado de maneiras diferentes, sendo complexo e dinâmico. Ao mesmo tempo que, em termos de extensão, muitos deles percorreram grandes distâncias territoriais e explicam que “está no sangue” a necessidade de busca por outros territórios, sejam a partir das gerações anteriores, dos pais que se deslocaram até o sul do país ou mesmo outras gerações na Europa, imprimindo marcas na dinâmica de reprodução familiar.

A apresentação dos relatos de família sobre suas experiências de movimento, a partir dos projetos de colonização em Rondônia, situam-se em um esforço de análise das práticas sociais e não apenas representações sobre o movimento, tendo como horizonte a dinâmica da reprodução da família. Isto é, pensar analiticamente como o movimento produz diferença, tendo em vista o enquadramento do movimento a partir de uma proposição de Estado: os projetos de colonização. O enquadramento proposto pelo Estado direciona aqueles que podem se movimentar, quando realiza a seleção dos participantes dos projetos de colonização, mas o movimento e ocupação da terra pensados a partir da dinâmica de reprodução familiar organiza os mesmos.

## **FAMÍLIA LOPES – “FORMAR O FILHO” E “FORMAR O LOTE”**

O pai de Chico e o pai de dona Isa cogitaram vir do Paraná para Rondônia, desde que souberam da “fofoca da terra”, porém seu pai morreu antes disso se concretizar e, assim, a sua mãe não quis vir. Ela conta que ninguém da família veio para Alto Paraíso, só ela e o marido que, primeiro, alugaram uma casa em Ji-Paraná. Depois, sua sogra, veio para Rondônia, com medo de ficar sozinha no Paraná, já que também era viúva, falecendo mais tarde no lote da família Lopes. Dona Isa e seu Chico tiveram cinco filhos em Rondônia. Afirma que teve grande ajuda de sua sogra para que pudesse deixar os filhos em Ariquemes e ir até Alto Paraíso para ajudar a “abrir” o lote com seu marido. Atualmente, duas filhas moram na cidade, em Ariquemes, e três filhos têm suas “chácaras” em Alto Paraíso.

Certo dia, depois de conversarmos, fui convidada a almoçar na casa de Dona Isa. Quando sentamos à mesa de jantar, a casa já estava mais movimentada. Três netos de dona Isa haviam chegado, entraram pela porta da cozinha e colocavam os seus pratos. Eles estavam em uma discussão acalorada sobre a forma com que secam e preparam o café nas terras dos seus pais. Em Alto Paraíso<sup>1</sup>, diziam os netos: “coloca-se no pano, tiram-se as folhas, não pode rastelar, porque tem pedra e o latão é a medida”. Dona Isa se lembrou de como fazia no Paraná: “o ponteiro tem que estar no alto, abana o café na peneira, não coloca no pano e espera secar, e o saco é a medida”. Ela defendia esta forma de fazer e os netos discordavam amistosamente, pois achavam que não poderia ser feito daquela maneira em Alto Paraíso. Além disso, completava dona Isa, no Paraná tem que tirar os “ladrões”, que são os pés adjacentes, mas em Rondônia, se tirar esses “brutos”, não dá mais nenhum café, contestavam os netos. Ela continuava a explicar o modo como fazia na sua infância, enquanto servia o prato do neto com galinha caipira, arroz, feijão e farinha. No Paraná, a lavoura é adubada, enquanto em Rondônia era só “tirar a mata”, mas dona Isa afirma que hoje não tem mais “mata para tirar” e a terra está “cansada”.

Seu Chico Lopes chegou para almoçar conosco. Ele entrou no assunto sobre a

---

<sup>1</sup> Um dos onze municípios que foram subdivididos a partir da área da grande “Ariquemes”. Atualmente, na área de Alto Paraíso, só existem terras do PAD Marechal Dutra.

plantação de café e disse que hoje também é possível viver da lavoura em Alto Paraíso, contrariando a opinião do que ele diz ser maioria:

Ah, vive. Se quiser viver, vive. Que nem eu falo com meus meninos que mexe com a lavoura, todo mundo aqui colhe o café verde ainda e leva pra máquina, melhor levar o café seco. Todo mundo leva o café verde, não seca mais no terreiro. Leva tudo pros outros. Se leva verde é R\$ 14 o latão, que dá três quilos, se secar dá mais. Mas a turma acostumou, viciou, o cara não sabe trabalhar mais sozinho. Eu colhia muito café com minha família. A época de colheita começa em maio, mas já tão acabando, o café tá feio. Você pode secar o café aqui no terreiro, seca e aqui tem cheiro, e seco no secador com fogo, não fica bom. É igual comida, se ela é de uma hora, não fica boa em meia hora, então o café também é assim, dá tipo bom (Seu Francisco, 07/05/2012).

Ele comenta que é preciso saber como vender o café para obter mais lucro. No entanto, com a saída dos filhos do espaço rural, fica difícil ter a ajuda necessária para trabalhar. Voltando às “histórias do início”, seu Francisco contou que vinham compradores de café “de fora”, isto é, que não eram só do município de Ariquemes, “o café teve mais preço, os compradores tiraram eles de Alto Paraíso”. No primeiro lote da família Lopes, eles produziam 15 mil pés de café, chegando algumas vezes a produzir até 30 mil pés de café. Seu Francisco Lopes fala com orgulho que já ofereceu muito almoço para o “pessoal da Emater”, já que era considerado um “trabalhador bem visto” pelo órgão de assistência técnica e também pelos políticos do estado. “Lavoura a minha vida toda foi zelada”, pontua, explicando a razão de ter sido diferenciado. Na sua opinião, para aqueles que trabalhavam, não havia muita diferença em ser marechal ou burareiro, já que “a lida era muito sofrida”. Mesmo que os filhos ainda fossem crianças, eram importantes para a ajuda na lida com a roça, inclusive porque não possuíam condições de contratar trabalhadores.

O lote “do Incra” que ele “pegou no início” já foi vendido. O motivo pelo qual o vendeu não conta para ninguém, nem sua esposa sabe. Assim que vendeu o lote, ele foi ver outras áreas de terra no Mato Grosso, salientando que só ele sabe o porquê desse movimento. Verifiquei que esse movimento não é tão comum entre aqueles que já estão em Rondônia, mas sim o inverso, sair da região de Mato Grosso para Rondônia. Depois de “ir e ver as terras” por lá, ele tinha pedido que os dois filhos mais velhos fossem até o estado do Mato Grosso para ver uma terra que estava “ajeitada” para eles comprarem. Note-se que há primeiro um reconhecimento da terra, realizado por seu Francisco, que depois encaminhou os filhos para fechar o negócio. Os “primeiros movimentos de



família”, tal como demonstrado anteriormente, foram realizados pelo pai, mas os seguintes dependeriam da vontade de permanência dos seus filhos na terra, isto é, se “esparramarem” para trabalhar no lote com suas famílias. Seu Chico Lopes comenta que se vendesse o lote de 42 alqueires em Rondônia e comprasse uma terra de 130 alqueires no Mato Grosso, sobraria dinheiro. Ele conta: “Mande os dois meninos lá, chegaram que nem hoje. Quando foi no segundo dia, eles foram na rua, passear na casa de um cara que era vereador lá, e o cara tinha matado um outro, meio-dia, no meio da sua terra. Os meninos se assustaram, vieram embora e não quiseram”.

Com o dinheiro da venda do primeiro lote que conseguiu por meio da seleção do Incra, comprou o lote onde mora, na mesma linha do primeiro, uma “chácara” ao lado e outro lote localizado em outra linha, todos do antigo projeto Marechal Dutra. Mas ele disse que nenhum dos filhos se interessou em “abrir a terra” em quaisquer desses espaços. Em seus termos: “Eu falei, bom, ‘esse lote é de vocês, vocês que têm que abrir agora, mas se não quiser, eu vou vender’, e vendi. O lote da linha 100 era completo [42 alqueires – Marechal Dutra], eu ia deixar pra eles. Esse aqui só tem 21 hectares, mas eles não quiseram abrir, e eu falei: ‘Eu não vou abrir mais’”.

Ítalo, filho de seu Chico, morava na “chácara” que era do pai, e cedeu um pedaço de terra para um irmão morar com ele. Depois, ele vendeu os 10 alqueires de “chácara”, o que rendeu pouca terra próxima à cidade, tanto para o Ítalo quanto para o outro filho. Isto porque “comprar o lote completo, hoje, não compra mais”, seu Francisco salienta. O pai tem a responsabilidade de “encaminhar os filhos”, comprando lotes para que eles possam formá-los, se assim for do desejo deles. Mas tem que estar dentro das possibilidades financeiras de que o pai dispõe. Por isso, seu Francisco salienta que houve um momento em que era possível financeiramente comprar um “lote completo”, com 42 alqueires (ou aproximadamente 100 hectares), o que não é mais a realidade atual. De qualquer maneira, é de grande importância que todos os filhos tenham oportunidades de vida, seja na terra ou não, e de ter condições para “formar” suas próprias famílias: “[...] É, o objetivo é deixar todo mundo colocado, pra quando eu morrer ninguém falar nada, né? Isso daí, tudo controlado, tudo sossegado, tudo no seu lado” diz seu Chico Lopes. Estar “colocado” e “controlado”, por exemplo, é oferecer oportunidades de permanência na terra para os filhos, mas isto não significa que o pai irá fazer o trabalho de “abrir o lote”

por eles, o que está além das suas responsabilidades como pai.

Seu Francisco conta que sempre dispensou trabalho assalariado no Paraná, havia trabalhado só 30 dias “para ver como é que era”. Durante praticamente toda a sua vida, ele foi meeiro em plantações de café. Em Rondônia, ele tornou a “experimental” o trabalho assalariado, por conta da necessidade de ter que esperar no lote para iniciar a produção. Ele trabalhou primeiro como motorista e ganhava R\$ 800 por mês. Era interessante no contexto de Rondônia, porque, no mês de dezembro, quando as chuvas eram muito fortes, ele poderia ganhar um dinheiro que não ganhava com a lavoura. Quando veio para Ariquemes, ele também trabalhou como carpinteiro, roçando terras de outros para “aguentar” até entrar no lote de sua família. Mas a respeito de trabalhar no lote ou trabalhar como empregado, seu Chico esclarece sobre os filhos:

Aí meus meninos pegaram esse costume besta agora de salário. Salário não dá não, é da lavoura, eu falo com eles que é assim: “Deus ajuda que você vai colher e produzir”. Mas tem gente que planta, será que vai produzir? Aí não produz mesmo. Aí a feira vai no mês e não dá não. Tem que plantar café. Eles plantam arroz, milho, feijão, café, mas fica trabalhando pros outros, acha que o dinheiro dos outros é melhor. [...] Mas ele disse que é porque eu tô aposentado. Eu falei não, tô aposentado agora, depois de uns tempos pra cá, nunca dependi de ficar trabalhando pros outros não. Lavoura dá, mas você tem que plantar e cuidar (Seu Francisco, 07/05/2012).

Segundo seu Francisco, os filhos ajudaram pouco no trabalho no lote, porque logo se casaram e se “esparramaram” para cuidar das famílias deles, não optando por permanecer nas terras do Mato Grosso, como o seu pai havia “encaminhado”. Agora que eles têm suas próprias famílias, trocaram o trabalho na terra, no qual podem ter controle do seu tempo e da forma de trabalho, para serem assalariados. Disse também que seus netos “mexem com terra”, ao mesmo tempo em que estudam, mas não ele não acredita que os netos permanecerão no trabalho agrícola.

Ítalo, filho de seu Chico, nunca quis me explicar exatamente o seu ponto de vista a respeito da história da família, porque julgava que o conhecimento sobre “o tempo de Rondônia” era de seu pai, que saberia “me contar melhor”. Mas em uma das várias caronas que ele me ofereceu, pudemos conversar um pouco sobre a questão de permanecer na terra como espaço produtivo. Não me falou sobre o episódio de Mato Grosso e nem sabia que seu pai havia relatado isso, já que nunca participou das conversas que tive com seu Francisco. Mas ele me contou sobre a venda do seu último “sítio”. Ele

disse que se casou pela segunda vez e sua esposa trabalha na escola municipal. Quis vender o “sítio”, localizado na beira da BR, porque ficou muito chateado de ter sido roubado mais de uma vez à mão armada. Mas permanece na casa do “sítio”, porque a “linha” onde moram atualmente está bem próxima do centro da cidade. Como trabalha de motorista de ônibus da área rural, fica mais fácil para ele “puxar criança”.

Sobre o trabalho na terra, é importante salientar que seu Francisco afirma que a participação de sua esposa foi maior do que a de seus filhos no processo de “abertura da terra”, mesmo assim, ela fica em uma posição secundária, uma vez que ela deu uma “ajuda” e não “trabalha”, como seu Francisco faz. É relevante compreender a troca de percepções que dona Isa tem com os seus netos a respeito do modo de produzir café em Rondônia e no Paraná, demonstrando que não apenas a produção agrícola é diferenciada para gerações distintas, mas também os projetos de vida, o que fica claro em minha conversa com Ítalo. Em contrapartida, a importância de “trabalhar no que é seu” é expresso no relato de seu Francisco como algo a ser repassado aos seus filhos, por esta razão ele sempre foi independente, tendo poucas experiências com trabalho assalariado, o que contrasta claramente com a posição do filho Ítalo.

A evidente expectativa de seu Francisco Lopes era de que os filhos pudessem permanecer na terra, utilizando-a não só como espaço de residência, mas também como espaço produtivo. Por isso, a vontade de “colocar” os filhos, isto é, dar posses a cada um deles “para ficar sossegado”, valendo-se da tentativa de compra de uma terra maior no estado do Mato Grosso. A ida para o Mato Grosso, como uma possibilidade de possuir terra, também passa pelas mesmas etapas vivenciadas na ida para Rondônia. Não se concretizaram a “travessia da casa a rodar” e a “abertura do lote”, por uma escolha dos filhos de seu Francisco, responsável por realizar somente o primeiro “movimento de família” – “ir e ver as terras”. O papel de “abrir o lote” deveria ser cumprido por cada filho, se desejassem utilizar aquele espaço determinado para a produção de culturas. A responsabilidade de pai pode ser formulada pela oferta de condições para os filhos permanecerem na terra, o que pode ser aproveitado, ainda que temporariamente, pela terceira geração, isto é, os netos de seu Francisco.

## FAMÍLIA CIOFFI – O MOVIMENTO, AS PARADAS, AS CARTAS

Nos alpendres e varandas e lareiras,  
Era ali que antigamente os pais ficavam.  
E os vizinhos visitavam, e os compadres proseavam e  
As crianças a brincar.

Era um tempo em que as famílias tinham tempo,  
Era ali que antigamente os pais sonhavam,  
E os compadres proseavam, e as comadres tricotavam, e  
As crianças a brincar

Eu não sou contra o progresso,  
Deus sabe que eu não sou,  
Mas eu acho que a família se deu mal,  
Ao trocar suas conversas, de varandas e lareiras  
Por novelas e novelas, e a violência na tevê<sup>2</sup>

Lara, filha de seu João, “pioneiro” de Ariquemes, cursou o mestrado na Universidade de Rondônia (UNIR) e, como parte dos estudos, permaneceu alguns meses pesquisando na Universidade de São Paulo (USP). Sua filha Giulia sempre teve interesse em cursar medicina e Lara percebeu que as possibilidades de formação para alcançar este sonho estudando nos grandes centros seriam menores se a filha cursasse em Ariquemes ou em Porto Velho o curso preparatório para o vestibular. Giulia mora há quase dois anos em São Paulo e vem construindo, desde então, a sua formação para entrar no tão sonhado e concorrido curso de medicina. Em uma carta que a Giulia escreveu para a mãe, datada do dia 08 de junho de 2013, vê-se a vontade de, no futuro, compensar o investimento atual familiar para facilitar a sua estada em São Paulo: “[...] o quão difícil é estar e tento absorver o máximo possível para depois poder retribuir”. Sobre a cidade onde seu avô também cursou a faculdade, ela comenta: “São Paulo morde e assopra. Acho que quero continuar aqui, isso se meu pulmão continuar respirando”. A carta se encerra com um desenho de uma célula (“a menor e mais perfeita coisa do nosso corpo”) e se despede com beijos e com a manifestação do amor da filha.

Seu João Cioffi, pioneiro de Ariquemes e avô da Giulia, desde cedo, na cidade de Cianorte, no estado do Paraná, ajudava o pai, Seu Nuncio, a vender o gado que ele matava em sua pequena propriedade. Como seu João vendia apenas as vísceras, desde a infância, oferecendo de casa em casa, ele era conhecido na cidade como “Joãozinho

---

<sup>2</sup> Moda de viola cujas letra e música são atribuídas a Padre Zezinho.

Bucheiro”. Um amigo de seu João sempre dizia que, se ele não saísse de Cianorte, jamais deixaria de ser conhecido por esse apelido, que não o incomodava, mas certamente não era a maneira pela qual gostaria de ser retratado.

No recesso do meio do ano de 2014, avô e neta tiveram oportunidade de conversar. Lara observou, com muito orgulho, a forma com que trocaram impressões sobre um movimento comum – abraçar a possibilidade do “novo” e da mudança de visão de mundo que claramente os dois buscaram por uma necessidade própria. Ficou extremamente feliz ao ouvir, no lote do Vô João, pescando tambaqui, sobre os prédios que o avô frequentava, onde ele almoçava, recordando se a cidade em que viveu existe ainda nos passos da neta. Os movimentos da família Cioffi foram vários: a ida para São Paulo, que permitiu que seu João conhecesse dona Luzia através de um trabalho que ele fez enquanto técnico de contabilidade no banco em que ela trabalhava; o retorno ao Paraná, durante um breve tempo de suas vidas; o sonho dos dois de possuir uma terra para encaminhar os filhos, que os trouxe até Rondônia, primeiro “parando” em Ouro Preto d’Oeste e depois em Ariquemes. Assim, os movimentos continuam nos passos da neta, que conjuga os seus sonhos pessoais com o gosto pelo “novo” herdado da família, que pode significar o sonho da terra, motivador da ida para Rondônia, ou a busca de outros caminhos, como a preparação para a carreira médica.

Em 2 de janeiro de 1980, seu João Cioffi chega finalmente em Ariquemes, onde ele podia ter terra, tendo comprado uma posse no Burareiro de 250 hectares. Lara contou-me que o seu avô paterno, seu Nuncio, tinha o sonho de possuir uma área e viver da terra. O pai de seu João era carpinteiro e trabalhou na empresa colonizadora de Cianorte por 12 anos. Ela também me disse que certa vez, em uma reunião de família, o dono da cooperativa na qual seu avô trabalhava fez um churrasco na fazenda e chamou todos os seus trabalhadores. Fez um discurso, porque um filho tinha acabado de entrar na faculdade, e esta era a sua maior felicidade naquele momento. Depois, disse especificamente a seu Nuncio que ele não sabia a felicidade que era ter um filho na faculdade. Mas, para a surpresa do dono da colonizadora, seu Nuncio disse com muito orgulho: “Sei sim, dois filhos entraram na faculdade”, falando de seu João, que iniciara os estudos em administração de empresas e outro filho, que cursava ciências sociais, ambos em São Paulo. Ter dois filhos na faculdade era uma maneira de demonstrar a

autonomia da família, equiparando-se à de seu patrão.

O ciclo de financiamento do cacau já estava em declínio no período em que seu João Cioffi comprou o Burareiro, por conta da vassoura de bruxa. Assim, ele tenta o empreendimento de montagem de uma fábrica de refrigerantes que aconteceu em 1986. Lara se lembra que foi justamente um ano depois que o presidente Sarney assumiu o governo. Ele vendeu a terra e recebeu o valor em parcelas fixas, mas como a inflação estava muito alta, acabou tendo muito prejuízo com a negociação. No início de 1987, o plano Sarney não vingou e a inflação disparou. No dia primeiro do mês ninguém podia aumentar o preço, e ele aproveitou esse dia para comprar matéria-prima por um valor x, mas no mês seguinte a matéria-prima já havia incluído a inflação do período, e ele não pôde aumentar o preço.

A última terra que ele possuiu no PAD Burareiro, comprada de terceiros, foi vendida por conta do “grande desgosto” que seu João havia sentido em relação aos três sítios que havia tido anteriormente, já que sofrera três assaltos. Além disso, com o dinheiro da terra, seu João pôde investir em um novo empreendimento na terra que comprou em seguida, um 1/4 de um antigo Marechal Dutra, localizado no espaço rural, no município vizinho de Alto Paraíso e investir em piscicultura.

Seu João pensa em fazer uma casa no “sítio” em Alto Paraíso que seja mais aconchegante e maior do que a casa que hoje possui no local. Mas fica se perguntando se deve fazer esta casa lá ou na cidade. “O dia que o peixe começar a dar renda, vou fazer uma casa lá”, ele pensa em voz alta. Lara interveio dizendo que se a casa for boa, lá pode não valorizar, mas na cidade, com certeza, valoriza. Sobre a decisão da construção da casa, precisa ter uma conversa de família com os filhos.

Contando a trajetória a partir da sua perspectiva, Lara se recorda do momento em que surgiu a ideia de vir para Rondônia: “Meu pai já tinha vindo e passou uma ideia muito mais difícil do que de fato era. Depois ele disse que era para testar e ver se o povo estava preparado. E outra para que a gente se surpreendesse, uma surpresa boa”. Lembra que no primeiro areão, depois de Cuiabá, quando acabava o asfalto, ela ficou com medo, porque os carros não passavam. “Tinha muito carro na estrada, um grande engarrafamento. Aquela cena me amedrontou, me deu vontade de voltar”. Depois da

“parada” inicial em Ouro Preto d’Oeste, Lara conta sobre a primeira casa da família em Ariquemes: “Assim que nós chegamos, meu pai comprou uma data. Mudamos em janeiro de 1980 e aqui no [setor] 4 tinha acabado de ser derrubada a mata. Quando nós mudamos, ainda havia madeira queimando. Foi o tempo de organizar, meu avô construiu a casa”. Ela tem várias lembranças da nona rua do setor 2, antes de se mudarem para a casa que ficou pronta nove meses depois de chegada. No fundo, havia muita madeira derrubada, e uma lembrança de infância é a de catar o “melão de são caetano” nas madeiras recém-queimadas. Anos depois, descobriu que a frutinha era eficiente para combater os sintomas da malária.

No início da vida em Rondônia, a preocupação com a violência na cidade era muito pequena. Lara fazia parte do grupo de teatro amador aos 8 anos e viajava para apresentar peças em Manaus. “Não é só confiar nas pessoas que estão levando sua filha, mas também confiar no ambiente para onde este grupo está indo. Por isso que eu falo, parece que as famílias se sentiam mais seguras, possivelmente sendo uma “falsa” segurança”. Ela complementa:

As pessoas que vinham para cá eram de muitas famílias. Aí, eu não sei, é muito trabalhoso viajar 10 dias, ficar no atoleiro, para fazer maldade. Talvez seja um “padrão de qualidade” essa dificuldade toda. [...] Todo mundo que estava aqui era por terra. Só isso já unia muito, mesmo que uns do norte, outros do nordeste, mas existia algo em comum. Hoje é diferente (Lara, 28/03/2013).

Quando Lara retornou de Pimenta Bueno, município onde o seu marido passou um ano trabalhando, no ano de 2006, a mãe arrumou a casa para que ela morasse com os filhos, a casa que seu Nuncio ajudou a construir para a família de dona Luzia e seu João. Duas cartas enviadas ao mesmo tempo, enquanto ainda estavam em Pimenta Bueno, dia vinte de março de 2006, contam os sentimentos tanto da filha Lara quanto da neta Giulia para dona Luzia. Lara escreve sobre quanto a oportunidade de trabalho foi importante para a família e que, como previsto, as coisas estavam ocorrendo bem no trabalho do marido. Lara também conta que aguardava uma oportunidade de trabalho para ela e destacava as saudades de estar longe da família. Giulia, a neta, conta para a avó que uma de suas professoras havia sido vizinha do seu pai em Ariquemes e, por isso, conhecia a sua família. Termina escrevendo: “Bem, um beijo e vou continuar contando os dias”, a mensagem acompanhava o desenho de uma flor. Ela se referia aos dias para chegar a

páscoa, feriado no qual todos iriam se encontrar em Ariquemes.

Atualmente, é atribuído um significado diferente quanto àqueles que moram no norte do país. Ela percebe que principalmente seus filhos, que são nascidos em Rondônia, sofrem preconceito, como mencionado na introdução. Ao comentar sobre esta questão, ela fala sobre a diferença entre gerações: “No caso de Rondônia, Ariquemes, eu acho muito estranho, são lugares muito novos. Na minha geração, são pouquíssimos os que nasceram aqui. Como as pessoas podem ter esse preconceito, sabendo que elas vieram para cá e carregam um pedacinho de lá? ”.

Sobre a vontade de ficar em Rondônia, ela explica: “Por muito tempo, eu tive vontade de ir embora daqui. Ao mesmo tempo em que é muito bom que todos pensem igual, é uma sociedade, uma mentalidade muito fechada”. Ao desejar sair para estudar, ela sempre teve em mente que seria um tempo de “sair, se organizar e voltar para cá”, muito próximo do que sua filha Giulia comenta hoje em dia, tendo como horizonte futuro o retorno para Rondônia depois de cursar medicina. Sobre se considerar paulistana ou rondoniense em função do “tempo de Rondônia” e das várias “paradas” realizadas pela família, afirma: “A minha geração deveria ganhar a liberdade de receber dupla naturalidade. Não dá para dizer que sou paulistana, porque me criei aqui, mas não perdi a noção de onde sou”. Ao ser perguntada sobre ser “pioneira”, ela sinaliza positivamente, sem titubear. “Porque a gente começou muita coisa aqui, deu início a muita coisa. Pioneirismo tem esse significado de estar na primeira onda de um determinado processo em determinado lugar. Quando eu cheguei, fiz parte do primeiro processo de chegada”, retomando alguns pontos da argumentação utilizada também por seu João e dona Luzia.

Venderam tudo o que tinham para ir para Rondônia. Seu João mandou fazer uma caixa grande para colocar as roupas e tudo o que era “de estimação”, além disso, não levaram mais nada. Dona Luzia se lembra de que trouxe uma muda deavenca da casa onde moravam em Jaú que chegou a Rondônia sem folhas, mas conseguiu sobreviver. Antes de ir para Rondônia, eles foram de Jaú, em São Paulo, até Minas Gerais, para a casa dos familiares de dona Luzia, com uma passagem em Caçu, estado de Goiás, onde ela também tinha familiares. Estavam aproveitando a “travessia” até Rondônia para se despedirem dos amigos e da família. Dona Luzia fez 30 anos na estrada, no dia 9 de agosto de 1978, quando estavam chegando a Cuiabá, onde terminava o asfalto. A



primeira cidade alcançada em Rondônia foi Ouro Preto d'Oeste. Ela me mostrou uma foto da família que conheceram, e nela podem ser vistos os sorrisos dos companheiros de chegada e a juventude dos sonhos em seus abraços. Ela se recorda: “Esse era meu Ouro Preto”.

O “sítio Paraíso” foi o primeiro que tiveram em Rondônia e estava localizado a 18 quilômetros da Vila do Incra, onde eles moraram, porque seu João trabalhava na cooperativa. Plantavam cacau, banana e outras coisas básicas. Tiveram que comprar a posse em nome de seu Nuncio, porque, morando na área da cidade, não podiam ter um “sítio” no nome deles. Ela salienta que aquela situação não era a ideal para sua família, já que na época, o “sonho do João era possuir terra e se aventurar”.

Ficaram em Ouro Preto apenas um ano e meio. A sogra veio passar uma temporada com eles, mas tinha filhas para cuidar no Paraná, tendo que retornar logo a Cianorte. Quando se mudaram para Ariquemes, o sogro não tinha mais o compromisso de ficar para ter seu nome na terra. Mesmo assim, seu Nuncio preferiu permanecer nesta cidade, onde comprou uma “chácara”, localizada no atual setor 10 da área urbana, que cresceu muito desde a “abertura” dos primeiros setores. O cunhado mais novo, chamado Luiz, também veio, porque “era outro doente por terra” disse-me dona Luzia sorrindo.

Em Ariquemes, não ganharam terra do Incra, não havia mais financiamento, porque “chegaram tarde mais”. O Incra doava terra, ela se recorda, mas era muito longe do eixo da BR-364 e, assim, era preferível fazer um investimento e comprar terra mais perto. Mas o sogro foi na “picada” para “pegar terra” para o filho caçula que não tinha condições financeiras de comprar o próprio lote. Ao lembrar esse fato, dona Luzia interrompe a fala por alguns segundos e diz: “Homem não tem juízo”. O sogro pegou malária e como tiveram que voltar a pé, no caminho de volta do lote, só conseguiram até a rodoviária da cidade. O sogro e o cunhado só conseguiram deitar no banco da rodoviária e ali esperaram alguém para ajudá-los. Assim foi que o pai conseguiu uma terra para o filho mais novo Luiz, onde é atualmente o município de Cacaúlândia, que fica a 40 quilômetros de Ariquemes.

Quando o sogro teve malária, dona Luzia conheceu um dos primeiros médicos de Ariquemes, o doutor Rodrigues, que cuidou dele no hospital da cidade. Posteriormente, o

sogro viajou até São Paulo e foi realizar exames de rotina, sendo que não foi detectado que estava sofrendo de complicações devido ao contágio da malária. Helena, irmã mais velha de seu João Cioffi, que morava no interior do Paraná, foi ao encontro do pai no hospital, onde ele veio a falecer. Seu Nuncio, pai de seu João, não possuía nada em seu nome no fim da vida. Sempre trabalhou fazendo currais no Paraná, além de ter trabalhado na empresa que colonizou a cidade de Cianorte, no Paraná. Mas conseguiu “encaminhar” todos os seus filhos, principalmente ajudando pessoalmente Luiz e João no sonho de possuir terra, inclusive na própria “abertura do lote”.

Aqueles que chegavam a Ariquemes ganhavam terrenos na cidade no momento do cadastramento do Incra, mas como eles chegaram depois, também tiveram que comprar a data da família. Segundo dona Luzia, não se achava mais casa para alugar em Ariquemes em 1980. Na vila do Incra, em Ouro Preto d’Oeste, tinha luz à noite, água gelada, sanitário dentro da casa, mas nada disso havia em Ariquemes. Assim que chegaram, eles conseguiram com alguma “dificuldade” alugar uma casa no setor 2, em que tinham que tirar a água para uso doméstico de um poço, o banheiro era fora de casa, tudo era barro, sem asfalto. Dona Luzia disse que ficou um pouco desanimada com aquela situação que não havia antecipado ao se mudar para Ariquemes. Seu João queria ter terra própria, mas, segundo seu relato, eles tiveram que “mudar de vida” para isso.

Dona Luzia também trabalhou como supervisora das escolas da área rural em Ariquemes até se aposentar. Tem orgulho de lembrar as “dificuldades” superadas para conseguir dar aulas em meio à “mata” que estava em processo de “abertura”. Depois de terem o “sítio Paraíso”, em Ouro Preto, eles compraram o Bonanza, em Ariquemes, já no nome de seu João Cioffi. Em uma breve carta datada de 26 de setembro de 1982, dona Luzia escreve ao filho Joca, que morava em Cianorte, com sua tia Helena, já que queria cursar o seminário de padres no ano seguinte, o que veio a desistir posteriormente: “Mamãe está escrevendo hoje só para lhe contar uma novidade. [...] Papai comprou hoje outro lote. Fica a 30 quilômetros de Ariquemes, sendo 15 quilômetros de asfalto e 15 de terra. Estamos muito contentes e fazendo mil planos”. Dona Luzia conta que Luís, irmão mais novo de seu João, foi junto somente para realizar a compra, e que o “sítio” está localizado perto do de seu Adalberto [Martini]. “Só que o que compramos fica bem mais para frente e o lote é melhor, todo plano, água ‘joia’ e a terra é melhor”. Despede-se do

filho com beijos e abraços.

A família teve três “sítios”, contando com este, cuja compra foi descrita na carta. Seu João só vendeu a terra porque tinha que honrar as suas dívidas da fábrica de refrigerantes. Dona Luzia comenta que ele fazia muitas projeções para a terra, mapas de como o “sítio” iria ser dali a cinco anos e ela disse que pensava naquele tempo: “O homem vai ficar doente se não tiver terra”. Na época do problema financeiro com a fábrica, dona Luzia tinha algum dinheiro no banco, reservado para reformar o carro. Ela perguntou se ajudaria se desse a ele essa economia e o carro para transformar no “sítio” que ele queria. Quando tivesse tudo resolvido, compraria outro carro. Seu João teve que vender quase tudo para saldar a dívida, ficando só com o suficiente para comprar uma pequena terra. Mesmo assim, dividiu o saldo positivo com os filhos, que usaram o dinheiro recebido para seus projetos de família.

João Carlos, mais conhecido como Joca, único filho homem de seu João e dona Luzia, em uma conversa que tive com ele, falou das suas impressões sobre a ida para as novas terras, a sua trajetória de vida e a formação de sua família. Também se lembra das condições favoráveis da casa de Ouro Preto d’Oeste em comparação com a de Ariquemes. Em 1980, só estavam “abertos” os setores 1 e 2, e estava acontecendo a abertura dos setores 3 e 4. “Mas, assim, criança, sente menos isso, né? Para criança, tudo era alegria, a gente andava na rua, solto, descalço”.

Essa visão da criança tem a ver com a explicação atual de Joca de que os adultos “sofriam” mais com as várias mudanças e “paradas” da família. “Por exemplo, em nossa casa em Jaú, em tudo que havia em termos de conforto no interior de São Paulo, a gente tinha lá”. Ao mesmo tempo, tem uma lembrança “forte” de seu tempo de infância, já em Rondônia, e sorri: “Domingo era dia de tomar limonada gelada. Eu saía de bicicleta lá do setor 2 para ir nos fundos da [avenida] JK, uma área até perigosa hoje. Eu comprava uma sacolinha plástica de gelo, feita na forminha mesmo, e levava para casa para tomarmos uma limonada gelada no almoço”.

Ele saiu de Ariquemes para cursar o antigo segundo grau em Apucarana, no Paraná, sendo aprovado no Colégio Agrícola em 1986. Em julho daquele ano, veio passar as férias em Rondônia, só se tratou da malária em Guaira, no Paraná. “Eu não sofri muito,

a família sofreu mais porque tinha um filho pequeno com malária”. E, no ano seguinte, ocorreu mais uma vez. Na época do “estouro do garimpo”, aumentou a incidência de malária em Ariquemes. Joca se lembra de ter sido acometido por 11 crises de malária. Ainda que tenha saído de Rondônia para dar continuidade ao estudo formal fora do estado, ele convivia com uma das principais “dificuldades” daqueles que moravam em Ariquemes naquele momento, que era a malária. Ele foi estudar no Colégio Agrícola porque havia falado para sua família da vontade de ser médico veterinário:

Mas todas as vezes que eu saía de Rondônia, o meu sonho era voltar. [...] eu me formei em janeiro de 1999 e já saí empregado da faculdade em Campo Grande. Apesar de ser um motivo de orgulho para a família, eu queria voltar. Dia 31 de dezembro de 1999, eu saí de casa às 8 horas da manhã, meio-dia eu voltei com cinco empregos, só que todos em Ariquemes. Então, eu virei o ano, o século com a certeza de voltar (Joca, 21/03/2013).

Sobre como era tratado por seus colegas na faculdade, uma vez que era do norte e havia morado grande parte de sua vida em Rondônia, ele disse que não sofreu preconceito, mas havia espanto, piada e a “ignorância de quem mora lá. Tem Coca-Cola? Onça anda dentro de casa? [...] É mais ou menos o que o europeu pensava do Brasil em 1950, quando o Brasil jogou a Copa do Mundo”, deixando transparecer a ligação com o futebol do fervoroso torcedor do Palmeiras, assim como seu pai João e seu avô Nuncio, inclusive por ser um clube tradicional de imigrantes italianos. Complementa dizendo que o grande preconceito que existe até hoje no país é devido à cor e ele, por ser branco, não sofreu tal discriminação. Outra forma de discriminação que ele percebeu enquanto morava no interior de São Paulo foi em relação aos nordestinos, mas o sotaque dele sempre se manteve de acordo com a sua criação no Paraná, principalmente. Mesmo que sempre tenha projetado a sua vida adulta em Rondônia, Joca afirma que não teria certeza de que viria para o estado se o seu pai não tivesse feito esse primeiro movimento: “Eu acredito que não, por quê? A geração do meu pai e dos pioneiros foi nascida e criada no sítio e, num certo dia, foram pra cidade grande estudar, mas nunca perderam o contato e o sonho de ter uma terrinha”. E ele complementa que, apesar de ser veterinário, possuir terra não é o sonho que ele particularmente tenha.

Ele se caracteriza como paulistano de nascimento e rondoniense de coração. Ao ser perguntado se ele se considera “pioneiro”, ele afirma que sim: “Porque eu acompanhei 95% da criação dessa cidade. Eu acompanhei, fui coroinha na primeira

missa do setor 4 [...] eu vi essas escolas, essas ruas, essas igrejas, buraco para tubulação, colocar poste [sendo feitos]”, aproximando-se da argumentação também feita por sua irmã. Sobre a sua filha de 10 anos, ele pensa que o estudo no sudeste continua sendo melhor do que em Rondônia, mas não tem certeza do que deseja para o futuro dela, e ela é que deve expressar a sua vontade quando estiver no tempo. “Até porque fazer uma boa faculdade é um bom começo, mas não é tudo”.

O relato sobre a família Cioffi, utilizando diversos registros, como as conversas com Lara, seu João, Joca, além de algumas cartas trocadas entre membros da família, mostra como a vontade de possuir terra já era uma das metas do pai de seu João e foi passada ao filho. As cartas servem especificamente como registro das “paradas” dos diferentes membros familiares em distintas circunstâncias, destacando os diversos ritmos do “movimento de família”. Esta história tem múltiplos sujeitos e vários pontos de vista, entremeando as trajetórias que se cruzam em diferentes cidades e movimentos, tendo como base o projeto de família.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O objetivo desse artigo foi evidenciar a noção particular de movimento, trazida à tona pelas famílias que ocuparam as terras dos projetos de colonização em Ariquemes, levando em conta ritmos, intensidade e extensão, afim de mostrar a sua influência na organização da reprodução familiar.

O termo “família”, utilizado amplamente nesse artigo, tem dois principais sentidos: seja a família de origem ou os núcleos familiares. Este termo não atribui um caráter de imobilidade à família ou de consideração apenas dos laços consanguíneos, mas marca a passagem da construção de um novo grupo que se “esparrama”, “roda”, isto é, se move a partir da família inicial. Por isso, o adjetivo “novo” geralmente associado ao núcleo familiar ao longo do texto. Há uma transitividade entre diferentes momentos: aquele em que se organiza a família de origem e outros nos quais os núcleos familiares são o foco.

Observa-se que a família está orientada para a construção de outros grupos familiares, que são em última análise novas unidades, mas sem perder a identidade

familiar de onde vieram. A referência a uma origem comum da família é determinada pela efetiva união de seus membros (cf. Thomas; Znaniecki, 1918) que, mesmo ao se “esparraçarem”, conduzem esse movimento de acordo com os passos já dados por membros da família de origem – pais, irmãos, tios, sogros, cunhados, como foi visto nos relatos das famílias.

O “esparraçar” divide a família de origem em outros núcleos que ampliam a sua área de atuação. Trata-se de uma maneira de a família se reproduzir socialmente, contrapondo-se a pressões da sociedade no sentido de sua dissolução. Thomas e Znaniecki (1918, p. 107) apontam que a família é uma organização dinâmica, sendo que as mudanças internas, como o casamento, o nascimento e crescimento, são incluídas como normais e não como algo inesperado. Nesse sentido, os “movimentos de família” são também esperados, e Rondônia não foi o primeiro lugar para o qual se deslocaram, ainda que os sentidos desses deslocamentos sejam diferenciados. O “esparraçar” faz parte de um esquema reprodutivo que ocorre na vida dessas famílias, seja quando se deparam com o problema da falta de terras para a próxima geração, seja em função dos diferentes posicionamentos dos filhos e netos de “pioneiros” a respeito de seus próprios futuros, não incluindo a permanência na terra. Se resolverem permanecer, precisarão dividi-la e também as datas na cidade. Outra possibilidade é providenciar o encaminhamento dos filhos para estudar fora, de acordo com as possibilidades da família e os projetos de futuro desses jovens.

Ir para os projetos de colonização em Rondônia significou uma possibilidade de colocar “a casa a rodar”, no sentido de que os núcleos familiares recém-formados, que não tinham mais espaço no estado onde viviam, poderiam ser enquadrados no modelo de família buscado para ocupar terras do governo federal em outro estado. Ainda que não estejam mais realizando trabalhos na agricultura familiar. A família que “abre a terra” de forma conjunta, mesmo que depois viva separadamente, é considerada uma única família. Na medida em que constroem suas casas, cada núcleo familiar passa ser contabilizado formalmente pelos ditames do governo federal como uma família distinta. Mas ao longo das novas organizações das famílias, vemos um constante trânsito e possibilidades de reprodução social que não inviabilizam a formulação do governo federal de uma família por lote.

Seja no espaço rural ou no urbano, “esparramam-se” não só quando a terra se torna pequena para abrigar os filhos casados e suas novas famílias, mas também para se reorganizar naquela que já é de propriedade da família. Enfim, “esparramar-se” é um modo de existência próprio daquelas famílias que se deslocaram para Rondônia. A imagem da “casa a rodar” remete-nos a um certo modo de vida.

A partir do deslocamento, é possível também analisar as “paradas” de cada família. As famílias que ocupam os projetos de colonização, não haviam se deslocado especificamente para Ariquemes, em Rondônia, sendo necessárias algumas “paradas” em outras cidades, variações no ritmo do movimento. Essas famílias têm um histórico de contínua movimentação; assim, o caráter provisório de migrante não cabe na caracterização dessas famílias, ou seja, elas escolheram realizar o movimento. Alguns lugares, nos quais houve uma “parada” mais longa e a possibilidade de participação na construção de algo “novo”, permitiram a sua caracterização como “pioneiros”. Nesse movimento contínuo, é relevante mencionar que o significado da lógica do movimento para as vidas dos familiares foi sempre pensado. Assim, não se trata de um processo individualizado, ao contrário, é um processo que envolve toda a família. O movimento é entendido aqui como uma forma de fazer conexão, e não como uma causa de ruptura. Dessa maneira, há um enfoque teórico na dimensão processual, levando em conta sua extensão (espacial), intensidade (não geográfico), agenciamento, notadamente coletivo, e durações variadas. Portanto, não há fixidez e nem necessariamente desagregação, há uma rede de relações estabelecida pelo movimento. Isto é, ainda que fazendo parte de um empreendimento agrícola pensado de maneira vertical e com uma finalidade orientada pelo Estado, a colonização em Ariquemes abre espaço para a significação do movimento pela lógica da reprodução familiar.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARNEIRO, A. e DAINESE, G. Notas sobre diferenças e diferenciações etnográficas do movimento. *Ruris*. Volume 9, número 1, março 2015.
- COMERFORD, J. C. *Como uma família: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará : 2003.
- \_\_\_\_\_. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, v. 57 nº 2, 2014.
- DESCONSI, Cristiano. *A marcha dos “pequenos” proprietários rurais no Mato Grosso - Um estudo a partir das trajetórias de migrantes do Sul do Brasil para a microrregião do Alto Teles Pires*. 2009. 158p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais, Estudos de Cultura e Mundo Rural). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica-RJ, 2009
- HEBETTE, J.; MARIN, R. E. Estado e reprodução da estrutural social na fronteira: Ariquemes, em Rondônia. In: HÉBETTE, Jean (org.). *Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia*. Vol. 1. Belém: EDUFPA, 2004
- IANNI, O. *Ditadura e agricultura: O desenvolvimento do capitalismo na Amazônia: 1964-1978*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1986.
- LOPES, E. S. A. *Colonização Agrícola em Rondônia: a relação parceleiro agregado como manifestação de resistência à expropriação*. 1983. 124 f. Dissertação (Mestrado em Técnicas agrícolas) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Itaguaí-RJ.
- MARIN, R. E. A; HEBETTE, J. Mobilidade do trabalho: revisão teórica. In: HÉBETTE, Jean (org.) *Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia*. Vol. 1, Belém: EDUFPA, 2004
- MAUSS, M. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.
- PALMEIRA, M.; GARCIA, A. *A invenção da migração*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1977.
- SAYAD, A. *A Imigração ou Os paradoxos da alteridade*. São Paulo: EdUSP, 1998.
- THOMAS, W. I.; ZNANIECKI, F. *The Polish Peasant in Europe and America: monograph of an immigrant group*. Chicago, Boston: The University of Chicago Press/ Badger, 1918.